Os Caminhos de 'A Máquina e a Revolta'

L. A. MACHADO DA SILVA

A *Máquina e a Revolta*, último livro de Alba Zaluar, é excelente.* Isto eu já tive oportunidade de dizer em resenha para a revista *Ciência e Cultura*, e é desnecessário ficar repetindo. Quero apenas chamar a atenção para o que considero uma das razões do êxito da autora: ela, de fato, *opera a teoria*, produzindo uma análise concreta, rica e fascinante. Tendo o livro esta característica, tentar uma avaliação global terminaria por ser um mero resumo comentado dos principais pontos abordados, o que tornaria o presente comentário monótono e longo demais. Além disso, a excepcional qualidade literária de *A Máquina e a Revolta* recomenda sua leitura direta, sem intermediários.

O próprio livro sugere outro caminho para o trabalho de avaliação crítica. Alba Zaluar põe o dedo em uma série de questões teóricas e metodológicas importantes, uma das quais está na ordem do dia de toda a ciência social que se pratica atualmente. Para nomeá-la em sua forma mais genérica — e de maneira um tanto empolada —, digamos que esta questão é a "problemática do sujeito". Creio que um dos grandes méritos do livro é, exatamente, a maneira de lidar com ela: sem enveredar pela mera reflexão abstrata, aceitá-la como constituindo um terreno não consensual e especificá-la em termos da realidade estudada. No melhor sentido da palavra, *A Máquina e a Revolta* é um convite ao diálogo: estabelece tanto suas *fronteiras quanto seu pano de fundo*, e apresenta de peito aberto as soluções adotadas pela autora para os problemas enfrentados.

---

* ZALUAR, Alba — *A máquina e a Revolta.* As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985. 265 pp.

Vale a pena começar este diálogo falando da forma como eu situo o livro na produção brasileira, o que é, ao mesmo tempo, uma maneira indireta de situar-me a mim mesmo como interlocutor. Ele se insere numa vertente relativamente nova da antropologia brasileira, talvez a mais permeável pelo, e perceptiva do, caráter político dos temas que aborda. No meu entender, trata-se de um conjunto de textos que têm servido como mediadores de um movimento duplo e muito complicado, cuja natureza, aqui, não pode ser mais do que apenas aflorada.[1] De um lado, eles materializam o impacto sobre a antropologia de uma conjuntura que, politizando os temas que compõem o repertório da disciplina, obriga-a a aproximar-se da análise política. Isto provoca uma espécie de "auto-crítica" (já que recupera uma dimensão da vida social tradicionalmente pouco explorada pela antropologia), que implica uma renovação, não apenas da ênfase analítica, mas do próprio aparato teórico-conceptual.

O conjunto de trabalhos mencionado, do qual faz parte *A Máquina e a Revolta,* opera, então, como uma ponta de lança "para dentro", criando no interior da disciplina um clima em que a preocupação com a dimensão política passa a afetar toda a produção da antropologia brasileira.[2] Mas ele também tem servido como ponta de lança "para fora", já que, através dele, a análise antropológica passa a interferir sobre uma temática em construção que é mais típica

1 Apenas para não deixar muito vaga esta afirmativa, e correndo o risco de esquecer contribuições importantes, refiro-me aos últimos trabalhos de Eunice Durham, Ruth Cardoso, Tereza Caldeira, etc., além. evidentemente, da própria Alba Zaluar.

2 O que estou chamando de movimento "para dentro" foi objeto de lúcidos comentários de Eunice Durham, em trabalho apresentado a uma das reuniões da ANPOCS. Embora a autora advirta que o texto foi produzido "exclusivamente" para aquele evento, tornou-se impossível deixar de mencioná-lo. (De passagem, não resisto a um comentário adicional, mesmo reconhecendo seu caráter superficial e impreciso. Para desvendar o que significa este movimento "para dentro", seria interessante utilizar a noção de campo intelectual. Com certeza, não são gratuitas nem casuais, por exemplo, as fortes diferenças, na apropriação e elaboração dos mesmos problemas tratados nestes comentários, entre "paulistas" — mencionados na nota 1, e "cariocas" — alguns trabalhos de Roberto da Matta, C. Nelson dos Santos, L. F. Dias Duarte, etc. Por outro lado, uma análise deste tipo obrigaria a uma reflexão sobre o conjunto das ramificações da antropologia que se pratica no Brasil de hoje, o que, provavelmente, levaria a reformular o papel de único mediador que estou atribuindo ao conjunto de trabalhos em que se inclui *A Máquina e a Revolta.* Não estou, porém, em condições, e nem é este o lugar, para empreender uma tarefa de tal envergadura.

de uma sociologia e de uma ciência política também afetadas pela conjuntura e insatisfeitas com os resultados obtidos por suas respectivas análises de corte mais tradicional. Essa temática, para dizê-lo em poucas palavras, é o papel político das classes subalternas e sua constituição como sujeitos históricos. É desnecessário dizer que se trata de uma verdadeira casa de marimbondos, com implicações de longo alcance, tanto ao nível teórico, quanto das análises concretas.

Os comentários acima podem sugerir que eu vejo a construção desse campo temático como "interdisciplinar", ou como formando um objeto homogêneo e coerente, o que não é, absolutamente, o caso. Pelo contrário, o que me parece ocorrer é tão somente uma convergência nos interesses atuais das três disciplinas. Forma-se uma espécie de "frente" — que nem por não ser intencional é menos verdadeira — articulada em torno daquela temática, mas que não impede grandes diferenças, relacionadas à ótica e ao instrumental conceptual próprios de cada disciplina.

Aqui impõe-se um parêntesis relativamente longo, para ilustrar o que me parece ser, talvez, o principal pilar dessa convergência, a um tempo significativa, complicada e problemática. Mesmo correndo o risco da simplificação excessiva, creio que o privilegiamento desta temática expressa um "programa comum", cuja base é a recusa em conceber o comportamento das classes subalternas (de qualquer grupo social) como determinado por processos e/ou estruturas exteriores a suas próprias práticas. Este é o terreno que aproxima a sociologia, a ciência política e a antropologia — de onde nasce uma cooperação frutífera, mas nem sempre intencional, nem sem conflitos. De fato, essa base compartilhada é tão precária que nem sequer os "alvos" imediatos são os mesmos. Vejamos, brevemente, este ponto.

Na sociologia e na ciência política, o "inimigo" é a análise econômica, considerada genericamente como "economicismo", que tem desviado a incorporação da reflexão sobre o processo produtivo e orientado a análise para a *forma* do Estado (Machado da Silva, 1985). A *natureza* do Estado capitalista, sendo concebida como instrumento da classe dominante, a análise centra-se em identificar como as relações entre as classes sociais produzem a *forma* do Estado a cada momento. A dinâmica da transformação social passa a ser alocada em movimentos coletivos que surgem por fora do sistema de dominação, e a análise se orienta no sentido de caracterizar quem são os sujeitos desses movimentos.

Mesmo com esta caracterização breve e esquemática, pode-se perceber que, embora a intenção não seja esta, o estatuto teórico do conceito de classe torna-se ambíguo, de modo que operar com ele fica uma tarefa muito difícil. Isto se pode notar pelo recurso quase universal à noção de classes populares, para indicar o que Moisés (1982: 26-27) define como um "coletivo socialmente heterogêneo". Aqui, se o desejo fosse armar maldosamente uma frase de efeito, dir-se-ia que o problema teórico ficou resolvido retoricamente, mas não é esse o caso, até porque, eu mesmo me sinto atingido por todos estes comentários. Por outro lado, conceber os movimentos sociais numa relação de externalidade com o sistema de dominação, em particular, quando a reflexão sobre o processo produtivo é quase nula, teria que desembocar no tom voluntarista da maioria dos discursos sobre a "autonomia" dos sujeitos dessas mobilizações coletivas.[3]

Na "antropologia, o "inimigo" é outro: muito mais do que o "economicismo", ele é encarnado pelas distintas versões do estruturalismo. Alba Zaluar integra-se perfeitamente nesse fluxo de críticas. Primeiro, recusa pensar a ideologia "no plano fantasmagórico das idéias espirituais, das imagens e dos reflexos" (:53), compartilhando a crítica ao "dualismo ideologia/prática material, cultura/sociedade, superestrutura/base" (:54). Em seguida, continua com outra crítica:

> Privilegiar a cadeia dos significantes e tratar o social ou o simbólico como um código leva a restringir-se o conhecimento ao movimento do implícito para o explícito; ou seja, a busca da estrutura subjacente de que só a atividade consciente do observador é capaz, sem que a própria posição do observador seja posta em questão (...) Porque tudo se passa como se a atividade prática dos sujeitos nada mais fosse do que a execução da estrutura subjacente, implícita ou inconsciente, não havendo lugar para a reflexão sobre a prática, a reinterpretação de antigos significados nem a invenção de novos. (:55-56).

Resumindo: fica aceita a crítica de Sahlins à "razão prática", mas isso não implica *ipso facto* na adoção da "razão cultural"

---

3 Não desejo alongar-me em citações já abundantes de autores que criticam esta postura, que, entretanto, ainda é dominante. O próprio livro de Alba Zaluar é um excelente exemplo da crítica a esse "autonomismo" (e a grande parte do arcabouço teórico que o sustenta, acima rapidamente mencionado), pois, ao mesmo tempo, retém o que ele possui de verdadeiro: o fato de que, *apesar de tudo*, trata-se de sujeitos que se *auto-constituem* e não de meros objetos de um processo social que os transcende.

(:27-28). Toda a orientação do livro, então, se funda na idéia de que "ela [a ideologia] é luta e negociação, e o seu resultado não é previamente conhecido: a ideologia está e se efetiva na política" (:53).[4] E o caminho analítico a ser percorrido é fortemente influenciado por Geertz, portanto, marcado por noções como "política do significado", "verdade contextual", etc. A partir desses dois pilares, define-se, primeiro, a intenção mais geral de *A Máquina e a Revolta*: "A idéia não foi participar da fabricação de mais um discurso populista que designasse um lugar ao povo, mas de descobrir suas identidades sociais tal como definidas por eles mesmos" (:59); e, segundo, define-se, também, a estratégia de pesquisa que sustenta esse objetivo: um recorte do real baseado em situações significativas, ou seja, um universo de análise compreendido pelas definições de situação dos próprios agentes.

A preocupação em caracterizar identidades que não são dadas desde fora, mas construídas pelos agentes através de suas próprias práticas, num ambiente de luta ideológica, aproxima a perspectiva antropológica adotada por Alba Zaluar da vertente da sociologia e da ciência política já mencionada. É neste contexto — portanto, no movimento "para fora" ao qual me referi — que eu gostaria de comentar as importantes contribuições oferecidas por seu livro. De antemão, porém, é importante notar que essa convergência se dá mais nos temas privilegiados que na orientação analítica. Nos estudos sócio-políticos, trata-se de entender como se desvela a natureza intrínseca dos sujeitos das práticas estudadas (sua "essência" autônoma, independente, alternativa, etc., é, portanto, postulada; cf. Machado da Silva, 1983, 1985; Machado da Silva e Ribeiro, 1984). A análise antropológica, ao contrário, está livre dessa pré-concepção[5]

---

4 *En passant*, gostaria de chamar atenção para o fato de que, embora retendo explicitamente a definição de ideologia como *sistema simbólico* (:57, por exemplo), todo o tratamento da questão se aproxima muito da concepção de Althusser (1983), de ideologia como *processo* de interpretação. (Parece-me que a chave para esta aproximação é a noção de signo que Alba Zaluar adota). É curioso que Althusser seja mencionado apenas de forma tão breve.

5 Mas a oposição essência x aparência, forma x conteúdo, pode reaparecer na antropologia sob outra roupagem. Por exemplo, em *A Máquina e a Revolta* ela desponta na afirmativa de que a identidade de "trabalhador pobre" é mais ampla que a de "classe operária" (:50); em Durham (1984: 87-88) ela é retomada na oposição macro x micro (estrutura x conjuntura); etc... É sobre este tipo de questão que incide a crítica de Foulcault (1979: 67 e passim) ao marxismo — e que poderia ser ampliada para outras perspetivas — por considerá-lo uma meta-histó-

principalmente quando, como é o caso de Alba Zaluar, rejeita a idéia de prática como "execução da estrutura subjacente". Em conseqüência, tanto a análise quanto o diagnóstico político, embora construídos a partir do mesmo campo temático. são radicalmente diferentes. Os caminhos dessa crítica da antropologia às diferentes variantes das análises sócio-políticas — que em outro lugar chamei de "tradicionais" e "recentes" (Machado da Silva, 1985) —, por sua relevância e amplitude, poderiam ser objeto de outra resenha; o livro é rico de referências a esse respeito. Aqui, só posso indicar que, de uma maneira geral, essa perspectiva me parece ser a grande contribuição de *A Máquina e a Revolta* e da antropologia como um todo, pois vem interferir, inovando positivamente, sobre o campo temático que está no centro dos presentes comentários.

Ao me referir à construção do campo temático no qual se insere *A Máquina e a Revolta*, pelo viés da sociologia e da ciência política, mencionei a dificuldade dessa perspectiva incorporar a reflexão sobre o processo produtivo. Sugeri, também, que na raiz desse estado de coisas estava o fato de que, pelo menos em parte, ela se constitui como crítica ao economicismo. Por um caminho muito diferente, que tentarei mostrar em seguida, creio que o livro compartilha a mesma dificuldade.[6] Esta afirmativa pode parecer paradoxal, pois há capítulos inteiros, aliás de excelente qualidade, dedicados à composição sócio-econômica dos grupos estudados; freqüentes referências à sua origem de classe; uma categórica afirmativa de que o livro versa sobre aspectos de uma cultura de classe, etc... Mas se, nos textos sócio-políticos, o econômico só aparece em seu resultado (contradições que expressam *situações de carência*), ele também é apreendido por Alba Zaluar como um contexto resultante de processos fora de consideração: a homogeneização das *condições de vida*, fora do processo produtivo. A seguinte frase me parece lapidar:

---

ria que trabalha com sujeitos pré-constituídos. Na minha opinião, não é preciso ser foulcaultiano para considerar pertinente esse comentário. De qualquer forma, não é aqui que esses complexos problemas podem ser enfrentados.

6 Diga-se de passagem que *A Máquina e a Revolta* apenas manifesta uma tendência muito generalizada, presente na própria constituição de todo o campo temático, que é a ausência do econômico *enquanto processo*. Mas essa não é uma tendência universal, pois há exceções. Para só ficarmos na produção mais recente, conforme, por exemplo, o excelente trabalho de Leite Lopes (1984), ou então, na produção francesa, Lojkihe e Viet-Depaule (1984), Bleitrach e Chenu (1979), Bleitrach et alii (1981), etc.

> E é aí [nos locais de moradia] que a heterogeneidade econômica, do ponto de vista dos lugares que ocupam no processo produtivo, cede lugar à homogeneidade das múltiplas práticas cotidianas das classes populares, à troca de experiência entre subalternos, aos múltiplos modos de oferecer resistência à dominação, a construção de uma identidade social mais ampla que a de classe operária — a de trabalhadores pobres, assim como à ramificação de um vasto sistema de comunicação social que une as ruas do mesmo bairro, os bairros pobres da cidade entre si e o Rio de Janeiro com outras cidades próximas (:50).[7]

De início, é interessante notar que a separação entre o momento da heterogeneidade e o momento da homogeneidade (cujo único ponto de contato está em que esta última se dá entre "classes populares", ou "pobres", isto é, entre grupos que compartilham "condições de vida" similares) não tem equivalente quando a reflexão não é econômica, mas política. Neste último caso, ao contrário, todo o livro é uma profunda e pertinente crítica à polarização dominante na sociologia e na ciência política, entre Estado x sociedade civil, ou sistema de dominação x movimentos sociais: "(...) o que se passa fora deles (dos aparelhos de dominação) — nas ruas, nas praças, nos bairros e nas casas dos subalternos — [não] pode ser entendido como uma "inversão" ou um momento de inteira liberdade destes" (:57). Vê-se que o par "fábrica x bairro" (ou "trabalho x cotidiano"), que era uma oposição, se mantém no par "aparelho de dominação x bairro", mas como simples diferenciação.

Em termos da análise concreta, esta diferença poderia ser explicada por uma paródia da expressão de Geertz — "o curso velado da política" — adotada com toda a ênfase no livro de Alba Zaluar: foi "o curso velado da economia" que deixou de ser apreendido. *A Máquina e a Revolta* demonstra com muita acuidade que, mesmo em aspectos da vida social geralmente não considerados como políticos, o Estado — ou, melhor dito, cada agência concreta do aparelho de governo — está presente no "pedaço" de maneira quase física. Assim, aparece com toda a clareza a "política", sob as diferentes formas de tensão entre controle e dominação, autonomia e liberdade; as agências governamentais, seus membros e os políticos se relacionam di-

7 Ou então: "Aqui também está presente a mesma dificuldade de reconhecer racionalidade, visão adequada da sociedade e da política e até mesmo cultura de classe a esta população altamente heterogênea no que diz respeito à sua inserção no processo produtivo, às suas preferências religiosas ou às suas tradições regionais, mas homogeneizada em termos de suas condições de vida, sua pobreza e sua exclusão relativas" (:49).

retamente com os trabalhadores pobres e marcam suas "múltiplas práticas". Não é esse o caso da economia, porém, principalmente. em sua versão mais restrita à "fábrica" (a "classe operária"). É aqui que se poderia falar de um "curso velado" que, por não ser tão materialmente visível, deixou de ser incorporado à análise. No meu entender, só uma concepção mais ampla da que é adotada por Alba Zaluar seria capaz de perceber a "presença" da economia (do processo produtivo) nas práticas dos moradores do bairro, para além de sua simples influência contextual, de seu resultado gerador de "condições de vida".

O que está sendo dito pode sugerir que minha crítica se dirige contra o valor explicativo de uma análise que se baseie em alguma variante da diferenciação trabalho-moradia, como é o caso do livro de Alba Zaluar. Entretanto, esta não é nem de longe minha intenção. Reconheço que esta diferenciação tem sido, como em *A Máquina e a Revolta*, útil e esclarecedora. Reconheço, também, que não se trata de mero artifício analítico ou recurso metodológico, pois ela existe concretamente, é "empírica", e isso não apenas por ser uma diferenciação que faz parte das categorias de entendimento dos trabalhadores. O que quero enfatizar é um pequeno deslize em seu uso, com importantes conseqüências teóricas, que é não considerar que aquela diferenciação corresponde a distintos domínios da prática *que estão articulados*. E, mais que isso, sugerir que esta articulação se perde — ou só se mantém a meias (como no livro) — se, para apreendê-la, adota-se *apenas o ponto de vista dos agentes.*[8] Vejamos melhor o que quero dizer com isso.

Começando pelo final: Alba Zaluar produziu uma magnífica "descrição densa", para usar a expressão de Geertz — mas não uma interpretação, no sentido forte do termo. E não por desconhe-

---

8 Os agentes "vêem" a "política", mas não "vêem" a "economia", não porque ambas não estejam sempre presentes em suas práticas, mas porque estas últimas são historicamente (mas por isso, não precisam ser logicamente) fragmentadas. E isto não tem nada a ver com uma "falsa consciência": a conceptualização de uma totalidade não obriga a impô-la sobre o real, reificando o conceito. A dança da continuidade/descontinuidade, totalidade/fragmentação precisa desses dois termos ao mesmo tempo, para ser dançada e compreendida. (Reconheço que esta nota — assim como muitos comentários ao longo do presente texto — podem soar como pura presunção. Mas considero que já é tempo dessas questões serem explicitamente discutidas em conexão com estudos concretos; e não vejo melhor oportunidade para isso do que uma resenha crítica, despretensiosa, apesar da aparência em contrário, de um excelente trabalho de pesquisa).

cimento ou fraqueza teórica (todo o livro é uma demonstração cabal de refinamento intelectual, capacidade de síntese criativa e domínio da literatura pertinente), mas por opção, inscrita desde o começo na estratégia de pesquisa adotada. Definindo seu universo de análise como os contextos significativos para os agentes, este recorte pelo "empírico", automaticamente, impõe o limite da reflexão. A interpretação da vida social no "pedaço"[9] estudado tinha que ficar presa dentro da auto-concepção de seus moradores. Com isso, vai por água abaixo o sentido forte da expressão "distanciamento de objeto", dela se retendo apenas a dimensão menor, ao nível das técnicas de coleta de informações.

O resultado desta opção metodológica é uma dificuldade de operar com o conceito de classe similar à das análises sócio-políticas, que terminam por trabalhar de fato com a identidade social de morador, ampliada com vagas alusões às "classes (ou camadas) populares".[10] De forma parecida, Alba Zaluar procura caracterizar a identidade de "trabalhador pobre" (que, obviamente, não tem o mesmo estatuto teórico do conceito de classe trabalhadora) "mais ampla" que a de "classe operária". Isto equivale a dizer que na "fábrica" (ou no "trabalho", ou seja ao nível do processo produtivo), o conceito de classe é pertinente, ao passo que no "bairro" (ou no "cotidiano", ou seja, ao nível da reprodução, do consumo), é o conceito de identidade social que tem vigência, por ser mais flexível e permitir a reflexão sobre as "múltiplas práticas".

Esta postura traz, ao mesmo tempo, uma grande vantagem e um enorme problema. A vantagem é que a maneira pela qual ela traba-

---

9 Não gostaria de deixar passar a oportunidade de referir-me a um problema menor do livro: parece-me muito pouco explorada a relação entre o "pedaço" analisado e o bairro. O capítulo sobre o "sonho" dos políticos, por exemplo, refere-se à Cidade de Deus como um todo, e não ao "pedaço"; e ele mesmo indica importantes diferenciações internas. Não quero, porém, insistir sobre este ponto, que considero secundário, e em grande parte, determinado pela natureza do material estatístico disponível.

10 Adiante serão feitas referências a um par do tipo "fábrica-moradia", tal como tratado pela antropologia em geral e por Alba Zaluar em particular. Este não é o momento para desenvolver a questão, mas já sugeri em outro lugar (Machado da Silva, 1985) que as análises sócio-políticas também operam com séries conjugadas de dicotomias — produção x reprodução, práticas de classes x práticas interclassistas, organização institucional x organização alternativa, etc. — que tem muitos pontos em comum com a perspectiva antropológica. As variantes do par "fábrica-moradia", aliás, funcionam como uma *definição não explicitada da* "fronteira empírica" do campo temático.

lha com o conceito de identidade social traz com toda a ênfase a noção de prática ao primeiro plano. Isto empurra para a subalternidade o conceito dominante de classe social — objetivado, reificado e pré-concebido. Que, por sinal, já estava enfraquecido porque não dava mais conta, sozinho, da realidade como um todo.

O problema está na inconsistência de conceber que a identidade de trabalhador pobre é mais ampla que a de classe operária (portanto. não corresponde à prática de classe) e, ao mesmo tempo ,que ela faz parte de uma cultura de classe relativamente autônoma *vis-à-vis* a ideologia dominante (:28). Esta dificuldade, aliás, me parece característica de bom número de trabalhos antropológicos. Vejamos, apenas para ilustrar esta última afirmativa, o que diz outra autora:

> Entretanto, uma abordagem desse tipo (antropológica), que parte de uma análise "dentro" dos grupos ou movimentos sociais, não pressupõe, necessariamente, a questão de enfrentamento das classes fundamentais nem julga a relevância ou legitimidade dos fenômenos em termos de suas implicações para a reprodução do sistema capitalista. Abrange conflitos e ações políticas que possuem relações muito tênues e indiretas (ou não possuem) com a luta de classes. Remete, portanto, privilegiadamente, à análise de conjunturas (...) Politizando o conceito de cultura, é necessário, portanto, operar com o pressuposto de que alguns fenômenos são importantes politicamente sem serem estritamente determinados pela dominação de classe (Durham, 1984:87-88).

A postura é a mesma: em Alba Zaluar, associam-se dois conceitos a duas situações: fábrica-classe e bairro-identidade; em Durham, luta de classes-estrutura e outras lutas-conjuntura. Em ambos os casos, a dificuldade está em articular de maneira teoricamente significativa classe e identidade, estrutura e conjuntura. Em ambos os casos, apesar das diferenças de contexto, e no cerne do problema o esforço de livrar-se da rigidez de um conceito, *sem abandoná-lo*: uma noção restrita e pré-concebida de classe social, que é dominante em toda a ciência social, e que limita o conceito ao "macro", à "estrutura", à "produção" e a um conjunto unificado, coerente e pré-concebido (postulado pelo observador) de práticas de classe (cf. nota 5).[11] A saída, até agora, tem sempre sido algum tipo de *dicotomia* lógica, apoiada numa *diferenciação histórica*.

---

11 Um exemplo típico, porque extremado, desta concepção pode ser encontrado na discussão de Therborn (1980) sobre ideologias de classe e ideologias de "não classe" (*non-class ideologies*).

No caso de Alba Zaluar. o recurso ao conceito de identidade social (e a outros teoricamente menos elaborados, no caso das análises sócio-políticas) permite contornar essa rigidez conceptual, obviamente inadequada em muitos casos, especialmente naqueles em que o enquadramento institucional é menos marcado (de "exterioridade" dos "aparelhos de dominação"). O preço que se paga por isso não é tanto a incoerência teórica, mas a aceitação passiva de uma visão parcial da realidade, que consiste em transpor para o plano lógico-teórico uma fragmentação histórica, portanto real e vivida pelos diferentes grupos sociais. Práticas que se entrecruzam e articulam como fragmentos passam a ser analisadas como se cada bloco de fragmentos fosse teoricamente significativo em si mesmo. É por isso que se pode falar de um repertório de práticas alternativas de que participam "operários e biscateiros, homens e mulheres, jovens e adultos" (:34) e pensá-lo como uma unidade "por cima", ou "além", da classe social. Alba Zaluar mostra muito bem que existe, como é e como age o "trabalhador pobre"; se, por opção metodológica, não tivesse se recusado a "interpretar", teria demonstrado que essa é parte da identidade historicamente constituída da classe trabalhadora no Brasil urbano. O "trabalhador pobre" não se "articula" como identidade com outra (ou outras) identidades, esta(s) de classe; *ele é a classe,* em um de seus fragmentos. Sei muito bem — ou penso saber — quão arriscada é essa afirmativa; mas não posso me furtar a ela, pois acredito que este é um dos caminhos mais promissores abertos pelo livro. Sem querer tornar a autora minha cúmplice neste ponto de vista, eu diria mesmo que o que apresentei aqui como crítica está virtualmente contido, ao menos nas entrelinhas, em *A Máquina e a Revolta.*

Deixemos este ponto como lhe convém nestes comentários — em suspenso — e retornemos à referência anterior ao movimento "para fora" em que se inclui *A Máquina e a Revolta.* Outra contribuição central do livro é a profunda e bem fundamentada crítica à análise política, digamos, "ortodoxa", praticada pela sociedade e pela ciência política. Para terminar estes comentários, vejamos em que consiste, e quais suas bases.

Mesmo quando focalizam o processo de constituição de sujeitos políticos, os estudos sócio-políticos têm preservado suas respectivas tradições analíticas. Na esmagadora maioria dos casos, são enfoques "objetivos" que enfatizam o que se poderia chamar "efeitos políticos" das práticas sociais estudadas. Como análise política e análise do Estado (ou do "sistema político", na outra terminologia do-

minante) são quase sinônimos para estas disciplinas, tem-se que estes trabalhos adotam como foco central de atenção os resultados institucionais de um conjunto de práticas diretamente relacionadas com o aparelho de Estado. Concretizando um pouco mais: discute-se se *aquele* conjunto de práticas é orientado *para* ou *pelo* Estado (clientelismo x autonomia dos agentes); se os agentes são "novos" ou "velhos", ou seja, as condições de constituição dos sujeitos e sua natureza (participação, incorporação, cidadania, etc.) para determinar se são conservadores, reformistas ou revolucionários; etc. Numa palavra, mesmo ao constituir um campo temático que privilegia diretamente as práticas sociais e os respectivos agentes, continua-se seguindo a orientação tradicional de apreendê-las pela dimensão da *eficácia*, do efeito, do resultado.

A Máquina e a Revolta — bem como o conjunto de trabalhos de que faz parte (cf. nota 1) — no meu entender, representa uma drástica ruptura com essa abordagem. Compartilhando o interesse central de análise das práticas sociais concretas, enfatiza, fundamentalmente, outra dimensão, a "subjetiva" (simbólica, cultural). Apesar de notar, à la Foulcault, que a ideologia é "produtiva, positiva, eficaz e estratégica" (:53), todo o ímpeto analítico se orienta no sentido de recuperar o *entendimento* dos agentes, sua capacidade de refletir sobre o que fazem, decidindo. pelo menos em parte, seus próprios caminhos. Em outras palavras, a análise sócio-política afirma que os agentes e suas práticas não são meros objetos ou fantoches teleguiados, já que produzem *efeitos concretos* (políticos); a análise antropológica, tal como desenvolvida no livro, concorda com esse caráter "não objetal" dos agentes, porque eles *entendem e projetam* autonomamente suas práticas. É lógico que uma abordagem incorpora a outra, mas também — se estou correto —, que nem por isso são iguais: é aí que reside, ao mesmo tempo, a possibilidade do diálogo e conflito.

Essa diferença de enfoque produz variadas conseqüências, no que diz respeito à interferência da antropologia sobre o campo temático. Uma das mais importantes, a meu ver, está no que se poderia genericamente denominar de "domínios das práticas". Em termos dos efeitos e resultados das práticas sociais se pode — e as análises sócio-políticas o fazem de maneira extremamente rígida, quase reificada — estabelecer uma clara demarcação de "domínio" (a política, a economia, a religião, o trabalho, o lazer, etc.). No plano simbólico, porém, as práticas são apreendidas em seu significado, justamente, através da articulação entre esses "domínios". Portan-

to, os "domínios" não desaparecem, homogeneizando-se; mas, é, justamente, ao entrecruzar-se que adquirem significado. De passagem, quero lembrar que sugeri, páginas atrás, que é dessa segunda maneira ("subjetiva") que o livro trabalha a articulação *objetiva* entre as práticas sociais — um enorme avanço sobre as análises sócio-políticas "ortodoxas", mas, ainda assim, um avanço parcial.

Neste sentido, *A Máquina e a Revolta* representa um caso de "despolitização da política" pela antropologia, na medida em que os efeitos políticos das práticas efetuadas são apreendidos ao nível do entendimento dos agentes. (Não estou afirmando, note-se bem, que os "efeitos" estejam fora de consideração; falo apenas do viés pelo qual são incorporados à análise). Nesse mesmo movimento, o livro produz um resultado de enormes conseqüências para o campo temático, que passa a ter que ser inteiramente repensado: esfacela-se a identidade entre análise política e análise do Estado, e a demarcação de fronteiras entre "domínios" das práticas, que faziam parte da própria constituição do campo temático pela sociologia e ciência política.

Em relação a este ponto, Alba Zaluar oferece uma vasta quantidade de informações e pistas muito ricas, cuja exploração não caberia nos limites destes comentários. Posso apenas mencionar que, ironicamente, uma das bases do diálogo nada pacífico que ela estabelece com o campo temático parece ser a própria dificuldade da autora no trabalho de campo:

> Após ficar algum tempo junto a duas associações de moradores existentes no conjunto, conversando, participando de reuniões e entrevistando alguns membros da diretoria sobre a vida e a política local, resolvi dedicar-me às associações carnavalescas e aos times de futebol" (:15).

Em face dos problemas relacionados à coleta de informações enfrentados no campo, houve necessidade de uma decisão "operacional", *perfeitamente legítima e bem fundamentada* como se depreende da leitura do capítulo metodológico, para realizar a pesquisa possível e mais viável: mudar de *objeto empírico*. Não havia, de fato, nenhuma razão para alterar o enfoque teórico, que não estava em questão, nem o conjunto de temas, preocupações e indagações que compunham o desenho da pesquisa, e isso, exatamente, porque o enfoque teórico *não* privilegiava os efeitos, e sim, o "entendimento" (a auto-compreensão dos sujeitos, o significado das práticas ou que outra expressão se queira usar) das práticas a serem estudadas. Como

esse conjunto de temas, preocupações e indagações é, essencialmente. o mesmo do campo temático — cujas principais razões de convergência tentei discutir no início —, a inovação do enfoque teórico e do objeto empírico faz com que o livro atinja em cheio, sem necessidade de mediações, todas as ramificações do debate de que se tem nutrido o campo temático.

Dizer que foi possível mudar o objeto empírico sem modificar as perguntas a ele endereçadas não implica afirmar que, na perspectiva da autora, a vida social seja composta por uma massa informe de práticas. É claro que Alba Zaluar, em nenhum momento, insinua que o impacto político das associações de moradores seja o mesmo dos blocos carnavalescos, nem em natureza nem em intensidade. Ela, simplesmente, afirma que ambos têm um significado político muito claro (ainda que, num dos casos, ele seja "velado"); e desafia a visão sócio-política mais estreita, demonstrando que as repercussões políticas dos blocos carnavalescos são, num certo sentido, mais importantes que as das associações de moradores. Acho que seria lícito sublinhar a vagueza das expressões que estou usando "repercusõões políticas", "num certo sentido mais importantes" —, porque esta imprecisão tem o mérito de apontar para o que se ganha e o que se perde: de um lado, uma concepção mais completa e menos reificada do "domínio" da política; de outro, um obscurecimento do resultado concreto das práticas. Este me parece ser, se me for permitido um certo pedantismo, o dilema maior da "problemática do sujeito" no que ela diz respeito às condições de interferência sobre, e transformação da, realidade. Um problema que, por sua relevância, não pode ser amesquinhado pelo ecletismo da "interdisciplinaridade".

Finalmente, eu não me sentiria à vontade sem fechar o presente texto, mudando de tom e caindo no depoimento pessoal. Por uma questão comezinha de honestidade, acho indispensável tornar público que há anos não leio com tanto prazer e proveito um livro como *A Máquina e a Revolta*. Não será mais que um ato de justiça se eu tiver podido, com estes comentários, valorizar o trabalho de Alba Zaluar.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BLEITRACH, Danielle et alii. *Classe Ouvrière et Social-Democratie:* Lille, Marseille, Paris: Editions Sociales, 1981.

BLEITRACH, Danielle & A. CHENU. *L'Usine et la Vie*. Paris: Maspero, 1979.

DURHAM, Eunice. Cultura e Ideologia. Dados, XXVII: 1: 71-89, 1984.

FOULCAULT, Michel. *Microfisica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEITE LOPES, J. Sérgio. "Anotações em Torno do Tema 'Condições de Vida' na Literatura sobre a Classe Operária". In *Condições de Vidas das Camadas Populares*. (org. Machado da Silva). Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

LOJKINE, Jean & N. VIET-DEPAULE. *Classe Ouvrière, Societé Locale et Municipalités en Region Parisienne*. Paris; Centre D'Etudes des Mouvements Sociaux, 1984.

MACHADO DA SILVA, L. Antonio. Associações de Moradores: Mapeamento Preliminar do Debate, VII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, 1983.

————————. "A Respeito de Movimentos Sociais", In *Movimentos Sociais: Para Além de Dicotomia Rural-Urbano*. João Pessoa: FINEP/CNPq/ANPOCS/CCHLA (UFPb), 1985.

MACHADO DA SILVA, L. Antonio & A.C.T. RIBEIRO. *Paradigma e Movimento Social: por onde andam Nossas Idéias*? Ciências Sociais Hoje, Cortez/ANPOCS, 1984.

MOISÉS, J. Álvaro. "O Estado, as Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais". In *Cidade, Povo e Poder*, São Paulo: CEDEC/Paz e Terra, 1982.